

UMA EXPERIÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO NA PROVA BRASIL

Ádila Silva Araújo(UFSC)
Adriana Corrêa
Mariana F. Lima
Natália S. Almeida

Desde as primeiras civilizações houve a necessidade de comunicação entre os povos circunvizinhos. Como muitos não compartilhavam a mesma língua houve a necessidade de haverem pessoas conhecedoras das línguas faladas pelos diferentes interlocutores a fim de mediar a comunicação entre os povos. Segundo Rosa (2008, p. 108) “os primeiros intérpretes foram os hermeneutas que se propunham a traduzir a vontade divina para o seu povo (tradutores dos livros sagrados)”.

A profissão de intérprete uma das mais antigas, mas existem muitos registros sobre a atuação destes. Isto ocorreu porque na antiguidade não havia o interesse pelo registro destas informações, tendo em vista que a maior parte da população não era alfabetizada, também pelo desconhecimento da Língua escrita por diversos povos, em especial por aqueles que se comunicavam por meios de Línguas ágrafas, a interpretação acontecia exclusivamente no âmbito da palavra falada. Delisle e Woodwrth (apud Rosa 2003 p.108) explanam sobre a posição social que os intérpretes ocupavam na antiguidade dificultando o registro dessas informações.

A posição social dos intérpretes pode também explicar sua omissão nos anais da história: híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de um grupo social desprezado, isto é, cristãos, armênios e judeus que viviam na Índia Britânica, esses intermediários não receberam nos registros históricos o tratamento devido.

O ato de traduzir e interpretar são considerados como cognitivo-linguístico, pois o profissional processa a informação emitida na língua fonte, ou seja na língua que foi passada a informação e faz as devidas escolhas. Faz-se necessário que o intérprete possua conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas, a fim de não causar perdas no processo comunicativo, outro item muito importante para o intérprete é o conhecimento se possível a fundo da cultura para a qual esta sendo interpretada, pois tal conhecimento permite ao intérprete passear com segurança por entre as línguas envolvidas no processo de tradução. Essa situação é resumida de maneira bem clara e objetiva no livro Sua Majestade, O Intérprete.

Como a comunicação é um processo dinâmico a situação envolve mais que mera substituição de palavras. A depender das línguas em questão, pode haver alterações estruturais e semânticas a compensar, além de expressões idiomáticas que não encontram correspondente imediato na língua de chegada. Há sempre alguma variação, e o intérprete se vê diante da necessidade não apenas de trasladar palavras, mas adaptar conceitos. (MAGALHÃES, 2007, p. 45)

Como a sociedade brasileira ainda é formada por muitos leigos quando falamos da Língua de Sinais, Surdez e das inúmeras pesquisas que se desenvolvem na área Esses leigos julgam o como trabalho bonitinho das mímicas, assistencialista ou voluntário quando tratamos do serviço de tradução/interpretação para a Libras. Muitos ainda não reconhecem a profissão de tradutor intérprete da Libras. No entanto o processo de tradução/interpretação das/para línguas de sinais é atualmente objeto de estudo acadêmico de diversas áreas não somente da tradução.

A interpretação na sua prática é uma ação muito complexa que exige bastante do profissional para Magalhães (2007: 19) o intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e idéias que não

são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermediário. A interpretação pode acontecer basicamente de três formas: a consecutiva, a simultânea e a sussurrada. Na interpretação consecutiva o emissor expõe sua fala e ao final o intérprete faz a tradução do que foi colocado. Por sua vez interpretação simultânea ocorre quase ao mesmo tempo com uma diferença de segundos. A sussurrada é semelhante a simultânea a diferença esta no público, pois esta é realizada sem o uso de equipamentos e é um serviço individualizado.

Conforme o dicionário Rocha (2003), intérprete é o intermediário para que se façam entender duas ou mais pessoas que são usuários de línguas distintas. Parafraseando Quadros (2007, p. 27), *o intérprete de língua de sinais é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete*. O mesmo atua em situações onde são apresentadas intenções comunicativas que utilizam línguas diferentes.

Atualmente a profissão de intérprete, já possui algumas áreas específicas de atuação, como por exemplo os intérpretes de línguas orais e intérpretes de línguas de sinais. No entanto, neste trabalho, será enfatizada a atuação profissão de intérprete de línguas de sinais –ILS no âmbito educacional.

Como a Libras ainda não é muito conhecida pela sociedade, muitas pessoas se equivocam em denominar intérprete qualquer pessoa que saiba sinalizar, visto que ser e atuar como intérprete vai além de executar corretamente alguns sinais. Segundo o professor surdo Rodrigo Marques (2007, p.144):

O intérprete de Língua de sinais é uma pessoa sempre presente nas comunidades surdas. [...] é muito comum pensar que pessoas que sabem sinalizar são intérpretes, isso é um grande equívoco. A interpretação é uma habilidade construída sistematicamente e não se resume à uma simples tradução daquilo que se oraliza.

O intérprete educacional

Com a inclusão dos alunos surdos na escola regular, surgiu a necessidade da contratação de profissionais intérpretes de Libras, para atuarem nas salas de aula inclusivas mediando as intenções comunicativas presentes no processo de ensino aprendizagem. O Ministério da Educação e Cultura – MEC por sua vez denomina estes profissionais como Intérpretes Educacionais. Definido da seguinte forma por Quadros (2007, p 61): *O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação.*

No ano de 2001 foi publicada a Resolução do CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Especial Básica define que: ao aluno surdo deve ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

O decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 assegura a formação destes profissionais por meio do Curso Superior de Graduação em Letras/Língua Brasileira de Sinais – Bacharelado e por meio do PROLIBRAS – Exame de Proficiência em Língua de Sinais, promovido pelo MEC desde 2005. Este exame consiste em uma avaliação da fluência em Libras e certifica profissionais que concluíram o nível médio (e que podem atuar somente na educação básica) e os egressos do nível superior (que estão aptos a trabalharem tanto nos níveis fundamental e médio quanto no nível superior). A formação destes profissionais já acontecia antes da aprovação desse decreto e ainda ocorrem também por cursos extensão e técnicos de formação e aperfeiçoamento, que eram promovidos por entidades de/para surdos em parceria com instituições de ensino e governamentais.

No entanto atuação do intérprete educacional vai além da mediação dos conteúdos abordados durante a aula, pois o mesmo atua em todo o

contexto escolar. Eventos extraclasse, fala de colegas, toque de sirenes, ruídos externos que excite a turma, correção de produções textuais juntamente com o professor, apresentações culturais enfim atividades e ações desenvolvidas no contexto escolar onde o aluno surdo está inserido.

Dentre as inúmeras atividades realizadas pelo intérprete educacional na escola voltaremos nossa atenção para a interpretação da avaliação externa aplicada a nível nacional a cada dois anos conhecida como Prova Brasil.

Prova Brasil

A cada dois anos o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP realiza uma avaliação externa aplicada a nível nacional nas escolas públicas das zonas urbanas e rurais. O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb tem como objetivo realizar um diagnóstico acerca do sistema educacional, bem como os fatores que venham a interferir nesse processo. O resultado dessa avaliação é utilizado na produção de informações necessárias para auxiliar na criação, melhoramento e monitoramento de políticas públicas voltadas para a educação nas esferas municipal, estadual e federal com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino brasileiro.

A primeira aplicação do Saeb aconteceu no ano de 1990, sendo aplicado somente nas escolas das zonas urbanas. Os alunos foram avaliados em língua portuguesa, matemática e ciências. Ao longo dos anos essa aplicação foi sofrendo algumas mudanças tanto nas disciplinas como nas séries que eram avaliadas.

No ano de 2005 esse sistema foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº931, de 21 de março de 2005 que define em seu artigo primeiro:

Art. 1º Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a

Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, cujas diretrizes básicas são estabelecidas a seguir.

A ANRESC é conhecida a nível nacional como Prova Brasil, que tem segundo a Portaria Ministerial os seguintes objetivos:

- a) avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados;
- c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional;
- d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertençam.

Além de qualitativa a Prova Brasil passou a ser aplicada de forma censitária para que essa pudesse gerar resultados. Os alunos são avaliados em Língua Portuguesa e Matemática, com foco em leitura e resolução de problemas. Essa avaliação é composta ainda por um questionário socioeconômico aplicado aos alunos e a comunidade escolar.

O surdo

O decreto de nº 5.626, art. 2º das disposições preliminares, define a pessoa surda como: *aquela que por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais*. No entanto pode-se afirmar que além de bilíngue os indivíduos surdos são biculturais, pois os mesmo compartilham também da cultura.

Conforme Sanchez (apud Pires et. al. 1998, p.3):

A vantagem do uso da língua de sinais é que só ela é capaz de desenvolver o centro cerebral da linguagem nos surdos, o que significa dar (aos surdos) reais possibilidades de desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional.

A filosofia bilíngue mesmo ainda sendo pouco difundida no Brasil favorece a reconstrução da auto-imagem do sujeito surdo, aumentando assim sua integração na sociedade ouvinte, pois segundo Machado (2008, p.149) *um dos principais fundamentos da educação bilíngüe é a participação igualitária dos surdos nas escolas, dividindo o controle, a administração e o ensino.*

No ano de 2001 foi publicada a Resolução do CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Especial Básica define que: ao aluno surdo deve ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

Com a inclusão dos alunos surdos na escola regular, surgiu a necessidade da contratação de profissionais intérpretes de Libras, para atuarem nas salas de surdos onde o professor não possui domínio da Libras e em salas de aula inclusivas mediando as intenções comunicativas presentes no processo de ensino aprendizagem.

Prova Brasil nos anos de 2007 e 2009

Analisaremos a aplicação da Prova Brasil nos anos de 2007 e 2009 em uma escola da rede estadual de ensino do Ceará.

No ano de 2007 dentre as turmas existentes na escola nas quais foram aplicadas a Prova Brasil, uma delas tratava-se de uma sala regular de 5º ano de alunos surdos no turno da tarde, onde a professora por não possuir

domínio da Libras contava com a presença de um intérprete durante suas aulas. Por ser uma turma formada somente por alunos surdos a quantidade era reduzida a quinze alunos. No entanto mesmo sendo uma turma só de surdos não existia uma homogeneidade, tendo em vista principalmente a variação na idade que compreendia alunos de 15 a 57 anos, o período de aquisição da língua de sinais que influi diretamente na performance e domínio da língua. Usaremos para essa sala a denominação de sala 01.

Paralelo a esse 5º ano na também escola existia uma sala do 7º ano de inclusão com alunos surdos com a presença de intérprete, mas que não foi contemplada com a aplicação da Prova Brasil.

Na mesma escola no ano de 2009 a aplicação da avaliação externa aconteceu nas turmas de 5º e 9º ano. Sendo o 9º ano A, uma sala inclusiva com duas alunas surdas.

Da Aplicação

Bibliografia

FELIPE, T.A. **Libras em Contexto**. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

ROSA, A. S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

O tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Ministério de Educação. Secretaria da Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

ROCHA, R. **Minidicionário**. São Paulo: Scipione, 2003

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração e inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

<http://provabrasil.inep.gov.br/prova-brasil-e-saeb>

<http://www.didomenicomath.com.br/upload/file/MANUAL%20APLICADOR.pdf>